

EDITORIAL

Neste número optamos por destacar duas seções, a “RAE-clássicos” e o “Fórum”, que explora a questão dos paradoxos. Neste número encerra-se a publicação de uma série de artigos clássicos, sugeridos por Miguel P. Caldas e precedidos sempre de uma apresentação. Certamente o termo “clássico” em teoria organizacional não tem o mesmo significado, em termos de idade, que aquilo que surge noutras áreas de conhecimento. Na verdade, a “ciência das organizações” tem pouco mais de um século, e seu grande desenvolvimento ocorreu nas últimas três ou quatro décadas. Os anos 1970 e 1980 foram particularmente enriquecedores para o campo, quando as diversas perspectivas hoje em debate surgiram. O neo-institucionalismo, o simbolismo, a ecologia populacional de organizações, as várias tendências do pós-modernismo e um corpo amplo de idéias sob a rubrica de CMS (Critical Management Studies).

Várias controvérsias foram geradas pelo surgimento de tantas teorias explicativas para o fenômeno organizacional. Fundamentalmente há os que aplaudem e se regozijam com a diversidade, advogando que apenas a multiplicidade teórica pode abordar de maneira satisfatória a complexidade organizacional. Por outro lado, há os que lamentam essa mesma pluralidade, responsabilizando-a pela relativa esterilidade da área e pelo atraso em se lograr a consolidação de uma ciência das organizações. Os partidários da multiplicidade se apoiam na tese da incomensurabilidade dos paradigmas, derivada de famoso trabalho de Thomas Kuhn, que implica aceitar cada teoria em si mesma abdicando de qualquer esforço por cotejá-la com as demais. Isso tem gerado uma guerra de paradigmas (teorias) e também alimentado o florescimento da diversidade. Pode ser visto também como forma de estimular a geração de idéias e ainda ajuda na aquisição de visibilidade dentro do campo.

Os que lamentam a multiplicidade, de certa forma, também fazem uso das teses kuhnianas de acumulação de conhecimento indicando que é apenas erigindo um paradigma e trabalhando dentro dele que se desenvolverá a almejada “ciência normal”, apanágio da maturidade e da fecundidade científicas. O debate é uma continuação e uma reformulação do que foi iniciado no século XIX entre filósofos alemães neo-kantianos sobre a diferença entre as ciências da natureza (*naturwissenschaften*) e as ciências do espírito (*geisteswissenschaften*). Os partidários da multiplicidade podem ser vistos como ainda ecoando a tese de que os dois tipos de ciências são fundamentalmente diversos e que não é possível aplicar as metodologias de umas às outras. As ciências da natureza, modelo de sucesso científico desenvolvido a partir da revolução filosófica e científica dos séculos XVI e XVII, não podem servir de modelo às ciências sociais. Os defensores da multiplicidade de teorias e paradigmas são os que defendem a irredutibilidade da ciência organizacional, como ciência essencialmente social, ao modelo cientifi-

co das ciências da natureza. Os partidários da adoção de um paradigma para o desenvolvimento de uma ciência normal das organizações possivelmente elegem as ciências da natureza como modelo e acreditam que a adoção desse mesmo modelo pelas ciências sociais é a única forma de assegurar cientificidade ao campo.

Os artigos publicados nos últimos cinco números da RAE são fundamentais para o entendimento dessa questão. Ao decidirmos pela criação da seção “Clássicos”, também nos propusemos desempenhar uma função pedagógica. São artigos mais citados do que lidos. Estamos seguros de estar entregando à comunidade científica um importante instrumento de trabalho ao disponibilizá-los em português.

O paradoxo pode ser entendido como contendo vários aspectos, o que é ressaltado na introdução preparada pelos organizadores do fórum. Mas sempre há a idéia de potencial contradição e a possibilidade de que esta permaneça no tempo, fazendo com que tenhamos que conviver com a ambigüidade. Os três artigos nos mostram essas aparentes contradições ou paradoxos em três momentos. Um é a dicotomia sagrado/profano, no caso da análise de uma organização monástica milenar, que são os beneditinos, e como se insere no temporal por meio de ações políticas e comunitárias. Outro paradoxo é o da reorganização de um grande banco múltiplo, com ênfase no varejo, e que acaba gerando conseqüências que não foram contempladas pelos formuladores do projeto de reestruturação. O terceiro artigo nos fala de finanças comportamentais. Do ponto de vista estritamente ortodoxo, estaríamos diante de um oxímoro. As finanças têm sido calcadas, até o momento, num modelo exclusivamente racional, derivado da teoria econômica clássica. Não se pode negar que foi a fecunda aproximação com a teoria econômica que permitiu à área financeira delimitar um campo de conhecimento separado da contabilidade gerencial, que foi seu berço. Mas se a teoria econômica sofreu, em meados do século XX, o impacto da racionalidade limitada, que introduziu elementos comportamentais no pensar econômico, isso ainda não havia atingido a área financeira. Apenas agora se iniciam especulações tentando incorporar às finanças não só a racionalidade limitada, mas talvez até mesmo a falta de racionalidade, por meio de emoções e impulsos.

O foco deste editorial em parte do conteúdo desta edição não deve ser entendido como posição valorativa do editor. Trata-se apenas de uma escolha para comentários, dada a exigüidade do espaço que nos reservamos. O restante desta RAE é entregue aos nossos leitores com o mesmo zelo de sempre, e com os votos de uma profícua leitura e utilizações futuras.

Carlos Osmar Bertero
Diretor e editor